



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a - Cambé - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA 2ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA/CE, EM CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES CONSTANTES DA PORTARIA 68 DE 2012, DA LAVRA EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA EDITE BRINGEL OLINDA ALENCAR, CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

No dia trinta do mês de outubro do ano de 2012, às 9h30, no Fórum Desembargador Raimundo Catunda, da Comarca de Pacatuba, de entrância intermediária, onde presentes se achavam o Juiz Corregedor Auxiliar, Dr. Francisco Eduardo Torquato Scorsafava, a Dra. Solange Menezes Holanda, Juíza titular da 2ª Vara, o diretor de secretaria, Antônio Erimar de Souza Malveira, e demais servidores, estagiários e funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do egrégio Tribunal e cedidos pelo Município de Pacatuba, lotados na Secretaria de Vara, instaurou-se a inspeção correcional ordinária, nos termos dos atos administrativos acima epigrafados.

Ao iniciar as atividades, o douto Juiz Corregedor Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização.

O Juiz Corregedor Auxiliar acima nominado, após conferir os dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita - Ficovi, iniciou o exame das ações em curso na 2ª Vara de Pacatuba (CE), notadamente no que diz respeito aos feitos submetidos ao Estatuto do Idoso, cartas precatórias cíveis e criminais, mandados de segurança, ações civis públicas, ações cíveis sujeitas à meta 2 de 2009 e meta 2 de 2010, ações envolvendo réus presos provisoriamente, as submetidas à Lei nº11.340/06, Termos Circunstanciados de Ocorrência, bem como diversas causas que, por expressa disposição legal, exijam prioridade de processamento. Por amostragem, foram examinadas, ainda, as causas em que figuram como parte(s) ou interessado(s) crianças e adolescentes e as demais causas em curso no módulo. Foram analisados 377 feitos, correspondentes a 9,54% do acervo em tramitação (3.948 ações e cartas precatórias), tomando-se por base a informação constante do FICOVI.



Antônio Erimar de Souza Malveira
DIRETOR DE SECRETARIA
MAT. 5311-2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a - Cambé - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Por ocasião da abordagem processual, cumpre ilustrar o seguinte a) verifica-se que os processos se apresentam boa conservação, sendo digno de nota o fato de a secretaria adotar o sistema cartesiano, o que facilita a localização dos mesmos; b) percebeu-se, pela abordagem processual e do exame dos livros, expressivo quantitativo de audiências realizadas e de despachos, decisões e sentenças lançados nos autos em tramitação na vara pela magistrada, notadamente no período que antecedeu o início do processo eleitoral vinculado às eleições municipais do fluente ano. As certidões emitidas pela secretaria da vara e pelo cartório eleitoral da 57ª Zona revelam que a juíza exerce a função eleitoral em relação aos municípios de Pacatuba, Iaitinga e Guaiuba. Na esfera comum, existem, atualmente, 101 processos pendentes de julgamento há mais de cem dias. Por outro lado, no âmbito jurisdicional eleitoral, no período de 29 de junho até o início da inspeção, a magistrada prolatou 566 sentenças. **i) Com referência aos feitos criminais, importa consignar o seguinte:** as ações envolvendo réus presos provisoriamente estão sendo regularmente movimentadas, não se registrando irregularidade em sua tramitação. Todavia, constata-se atraso no processo e julgamento das demais não-prioritárias, merecendo especial atenção a tramitação no tocante aos feitos nºs. 478-75.2002.8.06.0137/0, 598-21.2001.8.06.0137/0 e 714-85.2006.8.06.0137/0, tendo em vista a gravidade dos delitos e em razão de os mesmos estarem submetidos à metas 2 de 2009 e meta 2 de 2010. Recomenda-se, ainda, aprimorar o acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias criminais em curso na unidade, especialmente as seguintes: 8104-96.2012.8.06.0137/0, 8081-53.2012, 5087-92.2012, 7840-79.2012, 7878-91.2012, 7879-76.2012, 7958-55.2012, 7760-18.2012, 7282-10.2012 e 7703-97.2012.8.06.0137/0. No processos criminais vinculados à meta 2 de 2010, constam inúmeros despachos e decisões pendentes de cumprimento pela secretaria, razão pela qual a irregularidade deverá ser celeremente corrigida, a fim de não agravar a tramitação das mencionadas causas. Com referência ao cumprimento da Resolução nº112/CNJ, não consta o controle dos prazos de prescrição nas ações e TCO's, o que deverá ser sanado. A secretaria, no entanto, já cadastrou todos os mandados de prisão no Banco Nacional de Mandados de Prisão-BNMP, inclusive com aposição do seu prazo de validade, na forma preconizada em ato normativo editado pelo CNJ, o que se mostra louvável. **ii) no tocante às ações cíveis:** não se constata, na prática, o efetivo controle sobre a tramitação prioritária das submetidas ao Estatuto do Idoso, e aquelas que, por expressa previsão legal, reclamem tal prioridade. Em razão disso, deve a secretaria aperfeiçoar o fluxo procedimental, de forma a cumprir a norma legal. O juízo deverá observar fielmente as disposições do Manual de Rotinas editado pelo TJ/CE, quanto à elaboração dos expedientes e adoção das práticas definidas no reportado Manual, no âmbito da esfera cível. No mais, o atraso verificado na tramitação de algumas causas está intrinsecamente vinculado com a precariedade da estrutura do juízo, que não se mostra compatível com a crescente demanda processual, bem como em função da necessidade de se priorizar o processo e julgamento das ações e demais procedimentos em curso na esfera eleitoral. **iii) bens, armas, munições e substâncias entorpecentes**


Antonio Carlos de Souza Malveira
DIRETOR DE SECRETARIA
NAT 531/1-2

2

m

W



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a - Cambéba - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

apreendidas: especial atenção foi dispensada no que diz respeito ao tema em tablado, ocasião em que a equipe ficou cientificada da existência das regras que regem a matéria. Constatam veículos e/ou motocicletas apreendidos na unidade, de forma que se deve observar os preceitos do Manual de Bens Apreendidos elaborado pelo CNJ; **iv) Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:** i) a unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009); ii) a juíza titular da unidade está cadastrada nos sistemas Bacenjud, Infoseg e Renajud (META 8 de 2009). Ainda não concluiu a capacitação em Administração Judiciária (pendência quanto à META 8 de 2010); iii) Encontra-se implantado, na unidade, o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011); iv) Existem 81 processos submetidos à meta 2 de 2009 e 78 à meta 2 de 2010 (informação com base no FICOVI); v) a unidade já utiliza amplamente o MALOTE DIGITAL; vi) Em 2012, o percentual de julgamento está sendo inferior ao de distribuição dos feitos (pendência quanto ao cumprimento da Meta 1 de 2012). **GERÊNCIA ADMINISTRATIVA:** a magistrada editou vários atos normativos ilustrativos do gerenciamento na unidade, os quais passam a integrar o presente Termo. **BOAS PRÁTICAS:** sem registro.

O Diretor de Secretaria recebeu cópia destes atos normativos: i) Recomendação Conjunta nº4 do CNJ; ii) Recomendação nº2 do CNJ; iii) Provimento nº4/2012/CGJ; iv) Resolução nº01/2011 do Órgão Especial do TJ/CE; v) Resolução nº108/CNJ; vi) Provimento nº3/2009/CGJ; vii) Resolução nº137/CNJ; viii) Recomendação nº42/2012/CNJ; ix) Resoluções nºs 71 e 152/CNJ.

Quanto aos livros, analisaram-se os seguintes: i) protocolo; ii) carga a advogados; iii) carga a juiz; iv) carga ao representante do Ministério Público; v) carga ao Defensor Público; vi) termo de audiências cíveis (L-2); vii) termo de audiências criminais (L-3); viii) registro de sentenças criminais (L-5); ix) registro de sentenças cíveis (L-4); x) registro de armas apreendidas.

Pela análise procedida, constata-se que os livros estão dentro dos padrões recomendados pelo artigo 391 e seguintes da Lei Estadual nº 12.342/94, não havendo rasuras nos registros lançados. Há o encerramento diário nos livros de protocolo e nos de carga ao MP, Defensor Público e Advogados.


Antônio Amar de Souza Malveira
DIRETOR DE SECRETARIA
11.07.2012











PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambé – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

As ações inspecionais foram concluídas às 13h do dia 31 de outubro do corrente ano.

E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelo juiz corregedor auxiliar, Juíza titular, diretor de secretaria e demais servidores lotados na Secretaria de 2ª Vara de Pacatuba.

Francisco Eduardo Torquato Scorsafava
Juiz Corregedor Auxiliar

Solange Menezes Holanda
Juíza titular

Antônio Erimar de Souza Malveira
Diretor de Secretaria da 2ª Vara

SERVIDORES:

- Salveina Lima Ramos	-
- Samuel Crisanto Lechoa de Holanda	-
- Lúcia de Fátima Lima Patrício	-
-	- Márcio Lima da Silva